



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 06/03/17

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado João Maranhão

para relatar.

Em 6/3/17

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

“Dispõe sobre a estruturação e organização dos programas e investimentos estratégicos que especifica, altera a Lei complementar 28, de 09 de junho de 2003, para criar no âmbito das Secretarias de Estado, as Coordenadorias de Programas e Investimentos Estratégicos, e dá outras providências”

Autor: Governador do Estado

Relator : Dep. João Madison Nogueira

Nos termos do Art. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Para tanto, deve ser observada a sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989.

Assinatura manuscrita em tinta azul, consistindo de uma letra 'O' estilizada com um traço horizontal final.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Trata-se de Projeto de lei apresentado pelo eminente Governador do Estado Wellington Dias, que dispõe sobre a estruturação e organização dos programas e investimentos estratégicos que especifica, altera a Lei complementar 28, de 09 de junho de 2003, para criar no âmbito das Secretarias de Estado, as Coordenadorias de Programas e Investimentos Estratégicos, e dá outras providências.

Tal projeto propõe-se a estruturar e organizar nove programas e investimentos visando dar maior eficiência a setores estratégicos para o desenvolvimento do Estado e acelerar processos de desenvolvimento nas respectivas áreas, em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019 assim discriminados: Programa de Gestão de Recursos Hídricos, Programa de Modernização e qualificação de Empreendimentos Públicos, Programa de Infraestrutura Aeroportuária, Programa de Tecnologia e Inovação, Programa de Apoio a Piscicultura, Programa de Combate à Pobreza Rural, Programa Mais Vida com Cidadania para o Idoso.

Os Programas e investimentos estratégicos se inserem nas diretrizes traçadas pelo PPA 2016-2019, referentes à promoção do desenvolvimento humano, à diversificação do desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade, ao investimento em Infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável e à adoção de gestão eficiente com transparência e controle social para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Atribui-se a SEPLAN o monitoramento para fins de fornecer subsídios para ajustes na formulação e implementação dos programas.

A estruturação dos programas pressupõe um aparato burocrático apto a desenvolvê-los e executá-los, propõe-se também a criação de nove Coordenadorias de Programas e Investimentos Estratégicos conferindo -lhes

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

autonomia gerencial, orçamentária, financeira e contábil na medida necessária à execução dos Programas e Investimentos para os quais foram criados vinculados às Secretarias de Estado pertinentes.

Visando manter o mesmo número de cargos em comissão, serão extintos, a mesma quantidade de cargos em comissão criados para estruturação das Coordenadorias Estratégicas, os cargos em comissão dispostos no Anexo desta proposição.

O projeto estabelece, também, regras para expedição de decretos de organização, regulamento competência privativa do Chefe do Poder Executivo na feição conferida por meio da Emenda Constitucional nº 32/2001 e promove algumas correções no texto da lei Complementar nº28/2003.

É o relatório.

Passo a fundamentação e voto.

A proposta encontra guarida no ordenamento jurídico brasileiro, respeitando os princípios constitucionais e no artigo 75 da Constituição do Estado do Piauí. Senão vejamos:

Art. 75 A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao procurador Geral de Justiça e aos cidadãos na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º ...

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

I - ...

II- disponham sobre:

a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) ...

III – Estabeleçam:

a) ...

b) Criação, estruturação, extinção e atribuições das Secretarias de Estado e demais órgão do Poder Executivo.

Diante do exposto, o projeto de lei em exame não encontra óbices constitucionais à sua tramitação, no entanto, para aperfeiçoamento da seguinte proposição apresentamos as seguintes emendas:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o artigo 2º, alínea b do inciso VII, que trata das atribuições do Programa de Combate a Pobreza Rural da seguinte forma *"Propor coordenar e gerir, diretamente ou em parceria com entidades sociais públicas ou privadas, investimentos em infraestrutura básica e produtiva, visando a consolidação de forma digna e produtiva do homem do campo."*

Nova redação:

Art. 2º ...

VIII - ...

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

“ b) Coordenar e gerir, diretamente a execução operacional do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no meio Rural – PROGERE e da Unidade Técnica de Gestão Estadual do Programa Viver Mais Semiárido, com todas as suas atribuições de gestão, fiscalização e execução das atividades inerentes aos programas visando a consolidação de forma digna e produtiva do homem do campo”

Tendo em vista que, os referidos programas desde a sua criação são vinculados a Diretoria de Combate a Pobreza Rural através do Decreto 14.626 de 2011 que criou o PROGERE e decreto 15.204 de 2013 que criou a Unidade Técnica de Gestão Estadual do Programa Mais Viver Semiárido.

A Diretoria de Combate a Pobreza Rural possui todo um corpo técnico capaz de elaborar projetos, de fiscalizar e de executar ações destes dois programas, agora se tornando Coordenadoria com a aprovação do projeto em análise, torna-se imprescindível que ela continue fazendo a administração dos programas.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 003 de 23 de fevereiro de 2017, no art. 63-B, o seguinte parágrafo:

“§ 2º . A distribuição dos cargos contidos no caput estão dispostos no anexo II desta Lei”.

Anexo II

COORDENADORIA	CARGOS	Remuneração
Programa de Gestão de Recursos Hídricos	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
Programa de Modernização e Qualificação de Empreendimentos Públicos	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
Programa de Infra estrutura Aeroportuária	2 coordenador Técnico II	DAS 2
	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
Programa de Tecnologia e Inovação	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
Programa de Educação por meio de mediação Tecnológica	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Técnico	DAS 3



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
Programa do Agronegócio e dos Cerrados	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
Programa de Apoio a Piscicultura	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
Programa de Combate a Pobreza Rural	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	2 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2
Programa Mais Vida com cidadania para o Idoso	1 Coordenador	80% da remuneração de Secretário de Estado
	1 Diretor técnico	DAS 4
	1 Diretor Administrativo	DAS 4
	1 Assessor Técnico III	DAS 4
	1 Assessor Técnico II	DAS 3
	2 Gerente Técnico	DAS 3
	1 Gerente Administrativo e Financeiro	DAS 3
	2 coordenador Técnico II	DAS 2



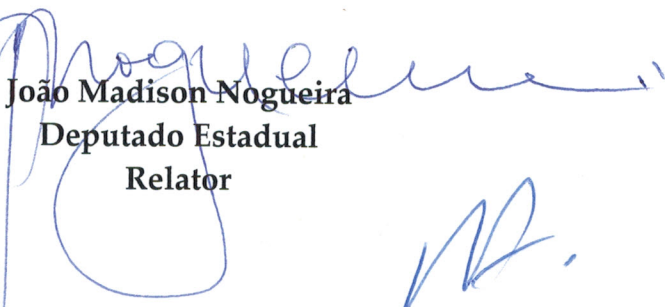
ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

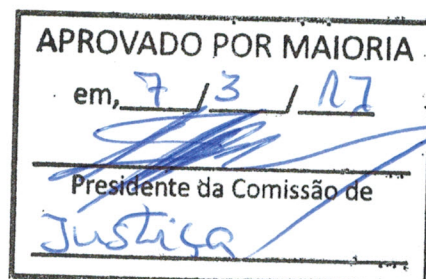
A Emenda submetida à apreciação tem por objetivo apenas distribuir os cargos criados pelo Projeto de Lei nº 003 de 23 de fevereiro de 2017.

Logo considero a proposição constitucional, nos seus aspectos materiais e formais, desde que acatadas as Emendas.

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria com Emendas

Sala das Comissões, 07 de março de 2017.


João Madison Nogueira
Deputado Estadual
Relator



abstenção de. Gustavo Nogueira.